ATA N.º 74

2.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES, REALIZADA EM 2025-03-27

--- No dia vinte e sete de março de dois mil e vinte e cinco, pelas dezanove horas e quarenta minutos, reuniu, no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte, cidade de Loures, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pela deputada municipal Susana de Fátima Carvalho Amador, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, com a presença dos seguintes deputados municipais:----------

---

PS - Partido Socialista----------

Susana de Fátima Carvalho Amador ----------

Daniel Vitorino Bernardo Lima ----------

Ana Rita Andrade Costa Dinis Pires ----------

João António Leal Cruz Franco ----------

Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão ----------

Isabel Cristina Carapeta Gomes ----------

Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias ----------

Carla Sofia do Carmo Pires ----------

José Júlio Ferreira Falcão Ribeiro ----------

Eunice Filipa Alexandre Camilo Ramos Proença ----------

João Filipe de Jesus Pinto ----------

João Manuel de Araújo Pereira ----------

Hélio António Magalhães Gonçalves dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas) ----------

Renato Joaquim Alves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)----------

Judite Brás dos Reis Gonçalves (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho) ----------

Pedro Alexandre Ribeiro Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela)----------

Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas) ----------

---

CDU – Coligação Democrática Unitária----------

João Paulo Melo Simões ----------

Maria de Fátima Amaral ----------

Élio Alexandre Capricha Matias ----------

Ana Maria da Conceição Duarte da Mata----------

Tânia Cristina Mateus Costa ----------
Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade ----------
Marta Seixas Parente ----------
Ana Cristina Jacinto da Silva Capitão Tiago Raquel ----------
Ricardo José Batista da Silva ----------
Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões) ----------
Elisa Maria Rodrigues dos Santos Pinéu (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Loures)----------
João da Silva Florindo (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal) ----------
---

PPD/Partido Social Democrata----------
Sara Raquel Bordalo Gonçalves ----------
Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel ----------
Armando Manuel Pedroso Militão ----------
Daniela Romana Monteiro Afonso Matos ----------
Bernardo Matias Barbosa ----------
Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa)----------
---

CH - Chega ----------
Patrícia Isabel Morgado de Almeida ----------
Luís Filipe Pereira Direitinho----------
Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro ----------

BE - Bloco de Esquerda ----------
Rita Lage Sarrico----------

IL – Iniciativa Liberal ----------
Tiago Filipe Jorge da Silva ----------

PAN - Pessoas-Animais-Natureza----------
Pedro Miguel Guerreiro Nunes dos Santos----------

- Estiveram ausentes: ----------

PS ----------
Ricardo Jorge Monteiro Lima (Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela) ----------

CDU ----------

Bruno Alexandre Caçador Simão ----------

--- Concluída a chamada, com a presença de 41 deputados municipais e verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. ---

---------- **PERÍODO PRÉVIO** ----------

- No início da sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento que a sessão estava a ser gravada e transmitida em direto pelo canal *Youtube* da Câmara Municipal de Loures.

- Foi igualmente dado conhecimento a todos os deputados municipais que fora disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão da Assembleia Municipal a correspondência recebida desde 13 de março até 26 de março de 2025. ---

---

- Informou que deram entrada na Mesa 3 requerimentos, os quais nos termos regimentais aplicáveis (de acordo com o n.º 2 e n.º 3 do artigo 17.º) foram remetidos ao executivo para competente resposta. Os requerimentos solicitam informação sobre:

- Habitação no concelho, apresentado pela CDU;----------
- Plano de Substituição e Renovação de Árvores em Espaço Público do Município, apresentado igualmente pela CDU; ----------
- Queixas de refeições escolares na Escola Básica de Bucelas, apresentado pelo Bloco de Esquerda. ----------

Foi também requerido pelo Senhor Presidente de Câmara e pelo grupo municipal da CDU, certidão da ata da primeira Sessão Extraordinária, realizada no dia 13 de março de 2025, no que respeita a três momentos da referida sessão. ----------

Seguidamente passaram à aprovação de atas. ----------

- Aprovação da ata n.º 54 (Sessão realizada em 18.04.2024) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 35 PRESENÇAS, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. ----------

---

- Aprovação da ata n.º 55 (Sessão realizada em 25.04.2024) - APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 35 PRESENÇAS, SENDO QUE OS REPRESENTANTES QUE NÃO ESTIVERAM PRESENTES NESSA SESSÃO NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. ----------

---

---------- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**----------

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, informou que deram entrada na mesa dois documentos, o primeiro documento, um Voto de Saudação do Partido Socialista intitulado "Serviço Público compromisso com as populações" e o segundo documento, da autoria do PAN, relativo ao "Dia Internacional para a eliminação da Discriminação Racial". Colocados à votação, ambos os documentos foram admitidos por unanimidade para discussão e deliberação. ----------

---

--- Pela deputada municipal Eunice Filipa Alexandre Camilo Ramos Proença (PS), foi apresentado um **Voto de Saudação intitulado "Serviço Público compromisso com as populações"**. (Doc. 1) ----------

---

- Sobre o documento intervieram: ----------

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), transmitiu que o PSD gostaria de se associar aquele voto de saudação do PS, pela justiça que o mesmo faz em homenagear todos aqueles que puderam ajudar a retomar a normalidade da vida do Concelho, de uma forma tão rápida e célere. Questionou se o PS concordava. ----------

---

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), transmitiu que a CDU não tinha nada a obstar ao voto de saudação, mas que não podia deixar de observar a forma como se considerava que não foi pior, pois houve uma pronta resposta, como se tivessem a capacidade de controlar o tempo e as condições meteorológicas. Referiu que não estava a desvalorizar a importância da intervenção imediata e que, nesse caso, achava que seria importante incluir na referência a todos os serviços. ----------
Assim, no segundo parágrafo, na sexta linha, quando eram listados todos os serviços que deram uma pronta resposta, considerava importante destacar as juntas de freguesia, pois estavam omissas naquele parágrafo ao referir-se aos SIMAR, à Proteção Civil e aos serviços municipais. Julgava ser justo e verdadeiro incluir as juntas de freguesia, já que apenas se mencionavam os autarcas, mas não se falava na junta de freguesia enquanto instituição. Propôs ao Partido Socialista, caso estivessem de acordo, que no segundo parágrafo, na sexta linha, fossem incluídas as juntas de freguesia de forma inequívoca, tendo em conta o seu papel também na intervenção rápida. ----------

---

- Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS), disse que no sexto parágrafo refere autarcas, mas não havia problema algum em que se desdobre aquilo que é o que são autarcas e

que se inclua segurança e trabalhadores do município e das juntas de freguesia, caso haja concordância. ----------

---

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), clarificou que os autarcas eram todos eles, sendo uma figura muito abrangente. Não via objeção à formulação apresentada, mas acreditava que, assim como se faz referência aos SIMAR enquanto entidade, seria justo também mencionar a junta de freguesia, tendo em conta que, no último parágrafo, se está a valorizar a inclusão dos trabalhadores das juntas, mas não a própria atuação da junta propriamente dita, das juntas de freguesia do concelho. Considera que isso seria importante valorizar conjuntamente, pois não foram apenas os serviços municipais que contribuíram para uma pronta resposta. Também as juntas de freguesia, os bombeiros e a proteção civil, entre outras entidades, desempenharam um papel fundamental para que tudo corresse bem. Esse é o reparo que considera importante reforçar, e acredita que todas as juntas de freguesia beneficiariam dessa valorização num voto daquele tipo.

- Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS), afirmou nada a opor nos termos em que se referiu. ----------

---

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, transmitiu que seria feito aquele inciso no segundo parágrafo, com a referência e destaque às juntas de freguesia, trabalhadores do município e das juntas de freguesia. ----------

---

- De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Jorge Colaço Leão para intervir, que comunicou que esteve durante toda a madrugada na rua e assistiu não só aos trabalhadores das Juntas, mas também aos membros do executivo das juntas de freguesia, pelo menos até às sete da manhã, que foi a hora que esteve na rua. ----------

---

- Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS), disse que o Partido Socialista aceitava a proposta de adesão do Partido Social Democrata. ----------

---

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, esclareceu que a partir da votação do documento, ele será um voto de toda a Assembleia Municipal, mesmo sendo visível que todos se irão associar aquela saudação. ----------

---

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), mencionou que achava que, talvez, o Partido Socialista precisasse de algum esclarecimento, porque a partir do momento em que aquilo fosse aprovado, seria um voto de saudação de todos os eleitos da Assembleia Municipal, e no seu entendimento não estava errada. Também comentou que, talvez,

fosse um risco ouvir aquelas informações aos poucos, pois ficou confusa se estaria a fazer uma interpretação errada ou não da norma, que, a partir do momento em que fosse aprovada, seria de toda a Assembleia, de todos os eleitos. ----------

---

- A Presidente da Assembleia Municipal, disse que é sempre um gesto de cortesia política as bancadas associarem-se a esse gesto de cortesia, tem sido apanágio da Assembleia Municipal em diversos votos e foi esse gesto, essa associação, que é feita e faz parte do discurso e da linguagem política. ----------

---

- Miguel Nuno Pedro Cardoso Matias (PS), referiu ser claro que entendia o que a senhora deputada municipal dissera e que a norma era conforme ela havia mencionado. Acrescentou que, no entanto, considerava que havia sido um gesto de delicadeza política por parte do Partido Social Democrata ao manifestar-se, de uma forma não vinculativa, perguntando de maneira delicada se o Partido Socialista não se opunha, como era óbvio, e que se tratava apenas de um tom de simpatia.----------

---

- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação: ----------

---

APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 39 PRESENÇAS. ---

---

- Pela deputada municipal Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), foi proferida a seguinte declaração de voto: *A CDU votou favoravelmente, ainda que lamente que não tenha sido expresso no voto de saudação a valorização das juntas de freguesia enquanto entidades, portanto, gostaria que esta menção da nossa declaração, que lamentamos que não tenha ficado expresso, a valorização do papel das juntas de freguesia*.----------

---

- Pelo deputado municipal Pedro Miguel Guerreiro Nunes dos Santos (PAN) foi apresentado um **Voto de Saudação intitulado "Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial"**. (Doc. 2) ----------

--- -

- Sobre o documento intervieram: ----------

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), sugeriu que se incluísse a Frente Antirracista nas entidades para as quais o Voto de Saudação seria enviado. Fez uma observação de que a Constituição da República é o principal instrumento no combate à discriminação racial, considerando que o artigo 13º proíbe todas as formas de discriminação, independentemente de sexo, orientação sexual ou raça. Portanto, a Constituição da República é o ponto de partida para a luta contra as discriminações, sendo um aspeto fundamental, embora outros planos de combate sejam importantes. Realçou que a

Constituição de 1976 é ainda mais pioneira, até mesmo em comparação com a referência de 1979 da ONU. ----------

---

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, questionou para esclarecimento, se quando se diz "Centro de Acolhimento para os Refugiados", não se quer dizer "Conselho Português para os Refugiados". No final do documento mencionava dar conhecimento ao SOS Racismo e depois falou sobre o "Centro de Acolhimento para os Refugiados". Questionou se, caso não se referisse ao Conselho Português para os Refugiados, que é o CPR que tem sede na Bobadela e possui um centro de acolhimento, seria outra entidade. Era apenas uma dúvida, mas achava que deveria ser o CPR. ----------

---

- Pedro Miguel Guerreiro Nunes dos Santos (PAN), disse que aceitava a recomendação da CDU, de incluir a Frente Antirracista. Em relação ao pedido de esclarecimento que a senhora Presidente da Assembleia fez, clarificou que era Conselho Português para os Refugiados. ----------

---

- Não havendo mais intervenções, passaram à votação. ----------

---

- **APROVADO POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 36 VOTOS A FAVOR (15 PS, 12 CDU, 6 PPD/PSD, BE, IL E PAN) E 3 VOTOS CONTRA DO CH - 39 PRESENÇAS.** -----

---

- Pela deputada municipal Patrícia Isabel Morgado de Almeida (Chega), foi proferida a seguinte declaração de voto: O *Chega votou contra este voto saudação não pela questão da saudação ao dia Internacional da discriminação racial e da eliminação da discriminação racial, mas pela carga ideológica que traz este voto de saudação, nomeadamente na questão que diz respeito à menção, que bem sei estar no plano de combate ao racismo criado em 2021 e que faz referência à questão do colonialismo e que o PAN ao trazer neste voto de saudação, a questão do colonialismo, com certeza se esqueceu de todos os ex-combatentes e dos portugueses que foram espoliados e que estavam nas ex-colónias. Mais do que isso, o facto deste voto de saudação fazer menção a uma instituição, ou seja, enviarmos este voto de saudação a uma instituição como é o caso do SOS Racismo, cujo um dos seus dirigentes apelou à morte do homem branco, portanto, de maneira nenhuma podemos associar esta instituição a qualquer situação que tenha a ver com a discriminação racial.* ----------

---

- Ainda no “Período de Antes da Ordem do Dia”, foi dada a palavra aos seguintes deputados municipais: ----------

---

- Maria de Fátima Amaral (CDU), transmitiu que foram informados que vários moradores ou inquilinos que vivem no Bairro da Fraternidade, em São João da Talha e na Portela da Azóia, em Santa Iria de Azóia, estão a receber cartas dos senhorios, indicando que em julho e agosto terão que abandonar os anexos onde residem. Parecia que isso estava relacionado com a legalização das AUGIS e se insere nesse tipo de processos. Questionou se a Câmara tem conhecimento sobre o assunto. Referiu que várias pessoas estão envolvidas nisso e que o que lhes é transmitido está relacionado com a legalização na Portela, o que diz respeito a parcelas, pois estava a haver uma divisão de parcelas. Caso a Câmara não tivesse conhecimento, gostariam de saber se é possível obter alguma informação, visto que são pessoas que residem em anexos alugados, o que não é uma situação incomum em bairros clandestinos. ----------

Além disso, em relação a um caso conhecido, o das Torres Fidelidade, disse que lhes foi comunicado que a Fidelidade teria informado gradualmente, a partir de outubro, os moradores sobre a intenção de vender as torres, retomando uma ideia que já tinha sido proposta em 2018 e que foi interrompida pela luta dos moradores, pela denúncia pública e pelas ações da própria Câmara, na época. A verdade é que o processo ficou paralisado e agora estava a ser retomado. A CDU entende que a Câmara pode ter o direito de preferência sobre essas torres, pois até onde sabiam, já foram vendidas, mas a Câmara tinha o direito de preferência e deveria ter a possibilidade de exercê-lo. De acordo com os cálculos, o período de seis meses para exercer essa possibilidade terminaria em meados de abril, pelo que questionou se a Câmara pretendia ou não exercer esse direito de preferência e qual era a sua sensibilidade em relação a essa situação. ----------

Por último, referiu um Despacho recente assinado pelo senhor Presidente da Câmara, o Despacho n.º 176/2025, que estabelece um conjunto de normas e critérios relativos aos núcleos habitacionais, com especial atenção para os bairros de barracas. Nesse Despacho não há qualquer menção à possibilidade de realojamento das pessoas. A CDU não estava a favor da existência de barracas, mas acreditavam que essa questão devia ser resolvida de maneira adequada, respeitando as questões sociais. Portanto, a ausência de referência a realojamentos e o prazo estabelecido de 48 horas entre a comunicação recebida e a remoção dos bens, sem qualquer solução de realojamento, é uma situação que consideravam inaceitável. ----------

---

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures; deu a palavra ao Executivo para prestar os esclarecimentos que entendesse. ----------

---

- O Vereador Nuno Ricardo da Conceição Dias, esclareceu que não foi emitida nenhuma ordem de despejo em relação ao bairro e que, embora haja um processo de loteamento em andamento, a demolição de quaisquer casas, tanto na Portela da Azóia quanto no

Bairro da Fraternidade, não foi finalizada. Referiu que o processo de loteamento, que já existe há décadas, não é responsabilidade daquele Executivo, mas também de pelo menos quatro Executivos anteriores. A conformidade com a legalidade urbanística de cada lote e a possibilidade de ocupação são aspetos que precisam ser respeitados. Se houver negócios a envolver o aluguel de anexos que não estejam em conformidade com a lei, a Câmara não assume essa responsabilidade. O que se espera é que o processo de loteamento, que muitos aguardam há décadas, não seja interrompido. Afirmou que não estavam a exigir nada além do que já foi solicitado nas licenças de loteamento desde a década de 90, e que a exigência atual é a conformidade do processo urbano, sem demandar demolições que não sejam necessárias para a legalização do bairro. ----------
Quanto à questão do conhecimento sobre anexos alugados, disse que a Câmara não tem informações sobre isso, mas reconhece que a maioria das pessoas deseja ver sua urbanização legalizada e ter garantido o direito à propriedade que atualmente não possuem. Assim, esclareceu que, na ausência de um título de propriedade, não há um contrato jurídico válido. Não se tinha conhecimento de pessoas a serem despejadas por residirem em anexos; a maioria quer que o processo seja finalizado e que o alvará de legalização seja emitido. Embora possam existir casos específicos, esses devem ser resolvidos entre particulares, pois a Câmara não autorizou o aluguel de tais frações e não possui responsabilidade sobre a desocupação para manter a legalidade urbanística do bairro. Para reforçar, afirmou que não há conhecimento de nenhuma casa habitacional com ordem de demolição em qualquer um dos bairros, sendo necessária a conformidade urbanística para a emissão do alvará que possibilitará a legalização dos dois mil lotes existentes. ----------
---

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Jorge Colaço Leão, em resposta às questões apresentadas pela senhora deputada municipal Fátima Amaral, fez duas observações. Relativamente às Torres de Santo António dos Cavaleiros, conhecidas como Torres da Fidelidade, mencionou que já havia solicitado aos serviços municipais, especialmente os relacionados com a habitação e os serviços jurídicos, a marcação de uma reunião com a máxima urgência para entender a situação atual. Destacou que tinha acompanhado as notícias na comunicação social e desejava conhecer em profundidade a questão, para saber como a Câmara poderia ser útil. Assim, estaria mais informado para tomar uma posição sobre o assunto. ----------
Sobre a recente questão do Despacho relacionado às construções ilegais, esclareceu que, naquela manhã, houve uma reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa, onde teve a oportunidade de apresentar uma proposta formal, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Loures, solicitando uma reunião urgente com o Governo e com o senhor Presidente da República. Explicou que essa proposta visava abordar o fenómeno das construções ilegais e das barracas que estavam a ser erguidas a um ritmo acelerado,

não apenas em Loures, mas em toda a área metropolitana. Afirmou que, embora algumas áreas ainda não estivessem a ser afetadas, elas inevitavelmente seriam. --------
Referiu a urgência da proposta, lembrando que, segundo a Constituição da República, a obrigação de assegurar habitação é do Estado e não das Câmaras Municipais. As Câmaras, por sua vez, estavam a responder a uma realidade já estabelecida com as suas estratégias locais de habitação, utilizando o PRR para atender a necessidades identificadas anteriormente. Contudo, realçou que, no último ano e meio, surgiu uma nova realidade de construções ilegais que nenhum Presidente de Câmara desejaria. ----
Considerava fundamental que o Governo não se eximisse de responsabilidades em relação às Câmaras e que se reunisse rapidamente com os seus presidentes. Mencionou que essa proposta já havia sido aprovada por unanimidade na Área Metropolitana de Lisboa e que era importante que o Governo apresentasse soluções. Citou ainda o exemplo da Caixa Geral de Depósitos, que, ao ter obtido lucro, poderia alocar parte desse valor para financiar os municípios, ajudando a atender às necessidades habitacionais, não apenas em relação ao primeiro direito, mas também em relação a jovens e à classe média, que se encontrava em situação de precariedade crescente.-----
Explicou que o Despacho que emitiu tinha como objetivo informar que, durante aquele mês, uma equipa multidisciplinar foi colocada na rua para realizar uma identificação concreta da realidade. Realçou que qualquer estratégia que o Governo viesse a seguir em parceria com os municípios deveria basear-se em dados reais. O Despacho visava garantir a proteção jurídica da Câmara, permitindo que essa equipa, que diariamente se desloca pelas ruas, atuasse em resposta às denúncias que a população faz sobre novas construções, especialmente num terreno vasto de cento e sessenta quilómetros quadrados. Solicitou que, caso a população visse construções de barracas, informasse a Câmara, para que pudessem ser demolidas. Disse que a construção de barracas não confere automaticamente o direito a uma habitação, pois existe uma lista de espera que deve ser atendida, independentemente de quem seja.----------
Além disso, afirmou que não pactuariam com mais construções de barracas no Concelho e que o Despacho tinha como objetivo assegurar, do ponto de vista jurídico, essa proibição. Também expressou que não aceitariam manipulações e abusos, especialmente no caso de barracas de 4 m² construídas em terreno batido, que eram apresentadas como habitações para várias pessoas. Garantiu que todas essas construções seriam demolidas, pois considerava que aquilo era um abuso e uma manipulação, onde as redes se aproveitam da vulnerabilidade das pessoas.----------
Quanto a uma outra informação recente, mencionou que tiveram uma conversa com a Secretária de Estado da Habitação, Patrícia Gonçalves, que se mostrou disposta a encontrar uma solução para a situação do bairro de barracas das Marinhas do Tejo, em Santa Iria de Azóia, onde estavam quarenta e quatro pessoas a viver em quinze barracas. Esclareceu que a ocupação das casas privadas era uma questão que deveria ser resolvida

pelos proprietários, e que a Secretária de Estado se disponibilizou para encontrar uma solução através do programa Porta de Entrada. Também informou que, considerando a disposição do Governo para resolver a situação, as ordens de despejo foram suspensas. ----------

- Patrícia Isabel Morgado de Almeida (Chega), disse pretender discutir os edifícios de Santo António dos Cavaleiros, mesmo que o senhor Presidente não possua as respostas. Solicitou que a Assembleia Municipal recebesse esclarecimentos, que poderiam ser fornecidos por escrito, mas que eram essenciais para a compreensão da situação. Realçou que esse processo não é recente, tendo iniciado em 2018, e mencionou um comunicado da Fidelidade disponível online, que se refere a rumores infundados sobre os imóveis em questão. No comunicado, especificamente no ponto sete, é afirmado que, embora a venda dos imóveis não esteja prevista para o momento, a Fidelidade tem a intenção de oferecer ao Município de Loures a opção de adquirir preferencialmente esses ativos, caso decida vender.----------
Questionou se, em 2018, houve ou não a intenção da Fidelidade em vender os imóveis e se foi dada preferência à Câmara Municipal e ao Executivo da época para adquirir esses bens. Caso essa preferência tenha existido, perguntou porque o negócio não foi concretizado. Além disso, manifestou interesse em saber se, como contrapartida pela não venda dos prédios, houve um ajuste direto da Câmara Municipal à Fidelidade para a contratação de seguros, referindo que essa informação deve ser pública. ----------
Relembrou que a Fidelidade é composta por 15% de capital estatal e 85% pela Fosun, uma empresa chinesa sob a orientação do governo chinês, que também controla a Luz Saúde. Destacou que, naquele momento, havia informações na comunicação social que levaram os moradores dos prédios a protestar em frente à Fidelidade, uma vez que, supostamente, um negócio já teria sido fechado com a imobiliária Zona Certa, especializada na compra e gestão de habitações. ----------
Questionou se a Fidelidade ou a Fosun concedeu o direito de preferência para a compra dos imóveis e, se não o fez, considerava a situação grave, pois poderia comprometer os direitos dos moradores e do município de Loures. Reiterou a necessidade de entender o que ocorreu em 2018 e se houve ou não um ajuste direto de seguros entre a Câmara Municipal e a Fidelidade. Também questionou se a venda já foi realizada com a imobiliária mencionada, dada a urgência da situação, já que existe um prazo até meados de abril para os moradores decidirem sobre o aumento do aluguel ou a possível desocupação das habitações. ----------
Por fim, propôs que a Assembleia Municipal, se assim considerasse apropriado, recomende à Câmara a adoção de uma providência cautelar para interromper a transação, a fim de verificar os interesses dos munícipes de Loures e dos habitantes dos prédios pertencentes à Fidelidade. ----------
----

- Seguidamente a Presidente da Assembleia Municipal deu entrada ao "Período de Intervenção do Público", passando a chamar os 3 munícipes inscritos, em função da sua ordem de inscrição. ----------

---

---------- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ----------

- Intervieram os seguintes munícipes:----------

- Mário de Jesus Lopes, começou por elogiar a Câmara Municipal de Loures, apesar da Assembleia da República estar resolvida. Afirmou que Loures, o sétimo concelho do país, não poderia parar o desenvolvimento daquele concelho, e que os projetos não podiam parar. Destacou que, embora os governos pudessem cair, o poder autárquico não podia deixar os cidadãos de mãos a abanar. Citou algumas ligações, como a estrada direcional número 1, que vai da saída da autoestrada do São João da Talha à ligação nacional da segunda circular e de Sacavém, mencionando que essa via foi mal projetada. Refletiu sobre os próximos quatro anos, afirmando que esperava que essas ligações estivessem prontas a tempo da mundial de 2030, assim como a linha violeta, que, segundo ele, deveria estar pronta antes de 2030. Deu nota de que, em qualquer parte do mundo, as obras às vezes começam e nunca se sabe quando terminam. Mencionou que Moscavide estava a passar por uma revolução e que haveria um novo jardim. Pediu que fizessem uma campanha digna e deixassem de lado os ataques pessoais. ----------
Destacou que houve uma grande melhoria nos transportes da Carris Metropolitana e que a educação estava no bom caminho, mas lamentou que o mesmo não acontecia com a saúde e a segurança. Embora não tivesse razões para queixar-se da saúde em Moscavide, mencionou que a questão da segurança era preocupante, realçando que todas as polícias deveriam fazer o máximo esforço, mas que, com salários baixos, não era possível fazer mais. Disse que essas eram questões importantes para os futuros governantes, pois na defesa até 2028 seria necessário investir muito dinheiro, considerando inadmissível a situação. ----------

---

- João Vladimir Soares Resa, agradeceu à Mesa pela aceitação excecional da sua inscrição, mencionando que se considera excecional, tendo em conta os quinze anos de voluntariado que possui. Referiu que, em relação à atividade da Assembleia Municipal, existe um problema, uma vez que o marketing parece estar a tentar educar os jovens sobre cidadania. No entanto, realçou que a falta de respostas é uma questão premente, questionando se a senhora Presidente do órgão recebeu alguma resposta do Executivo, ao que ele próprio não obteve. Comentou que, como munícipe, também estava preocupado com a falta de respostas às suas questões.----------

Mencionou que notou que a senhora Presidente participou na plantação de uma árvore, uma atividade cívica que, por vezes, pode ser em vão, devido à devastação causada pela tempestade Martinho. ----------
Trouxe à tona as demolições no Talude Militar, mencionando a revista municipal e os bairros, e expressou preocupação com a forma como se tratam as pessoas que vivem em condições precárias, relatando a demolição de casas com os pertences ainda dentro. Questionou sobre o que se fará nos bairros, com a aproximação das eleições e a possibilidade de apenas se pintar os prédios para melhorar a sua aparência.----------
Relativamente à habitação, lamentou a perda de quarenta milhões no PRR e de várias oportunidades que atualmente estavam a ser resolvidas com endividamento e empréstimos, criando uma ilusão de progresso. Disse que o problema da habitação foi transferido da Câmara para o Governo. ----------
Sobre o protocolo com a associação Techari, embora não fosse contra, considerou esse protocolo uma aberração, questionando a utilidade de não se utilizar as equipas multidisciplinares da Câmara para a atividade em questão. ----------
Perguntou sobre a desunião das freguesias de Moscavide e Portela, questionando a falta de inquéritos ou abaixo-assinados para a questão, e sugeriu que ambas as freguesias merecem essa desunião. ----------
Referindo-se ao concerto da Juventude, mencionou ter sido revistado de forma intensa, embora fosse apenas um concerto, questionou a necessidade de tais medidas de segurança. Demonstrou a sua incompreensão em relação a essas práticas e indagou se isso reflete a educação de qualidade que se pretende. ----------
Por fim, sugeriu que, com a nova pavimentadora e o ano de eleições, deveriam considerar a pavimentação da Rua Castelo Picão, em frente ao estádio da junta, para facilitar o acesso ao estaleiro da junta, em Santo Antão do Tojal.----------
---

- Ana Vanessa Vicente Oliveira Ascenção, disse que estava ali porque milhares de famílias enfrentam a incerteza de perder as suas casas, porque trabalhadores reformados e jovens estão a ser afastados das suas vidas pela especulação imobiliária e pela inação das autoridades, e porque aquele silêncio já não podia continuar. Mencionou que duas torres foram vendidas abaixo do preço de mercado, sem transparência e sem um direito de preferência justo, e que os moradores foram excluídos da possibilidade de adquirir os seus próprios lares, pois a única opção era comprar um edifício inteiro, algo completamente irrealista para qualquer família trabalhadora.----------
Questionou se o município teve a opção de compra, por que não escolheu exercer esse direito e porque permitiu que aquelas torres fossem vendidas a um privado em vez de garantir que continuassem a servir à comunidade. Referiu que a Fidelidade, que afirmou compromisso com os seus inquilinos, demonstrou que a sua palavra tinha pouco valor,

já que em vários momentos garantiu estabilidade, continuidade e respeito pelos moradores, mas na prática a realidade foi completamente diferente. ----------
Disse que os contratos não estão a ser renovados ou estão a ser renovados com valores completamente impossíveis, e pessoas que sempre cumpriram com o pagamento das suas rendas e pretendem continuar a fazê-lo estão atualmente a ser forçadas a abandonar as suas casas. Os reformados são tratados como um fardo, os jovens não têm perspetiva de futuro, e famílias inteiras estão lançadas à incerteza. Questionou sobre a Zona Certa, uma entidade que ninguém conhece, quem são e principalmente a quem respondem. ----------
Perguntou por quanto tempo manteriam aquelas propriedades antes de vendê-las a um fundo imobiliário, uma vez que estão a comprar edifícios a preços anormalmente baixos com pagamentos faseados até 2029, questionando o que os cidadãos ganham com essa operação e, acima de tudo, o que ganham eles. Afirmou que o município tinha conhecimento de tudo isso, sempre teve, desde o início, mas preferiu manter-se calado, como se a sua responsabilidade não fosse proteger os cidadãos, como se a habitação fosse um privilégio e não um direito fundamental. Exigiu medidas concretas e imediatas, total transparência na venda de imóveis e um direito de preferência real e justa acessível a qualquer morador. Pediu um esclarecimento público sobre a posição do município, o atual e o anterior, se teve ou não a opção de compra e, se teve, porque não exerceu responsabilidade da Fidelidade pelo descumprimento dos seus compromissos e promessas. Exigiu a alteração imediata da lei de bases da habitação e do arrendamento, equilibrando os direitos dos proprietários e dos inquilinos para impedir despejos em massa completamente injustificados. Além disso, pediu uma resposta clara sobre a Zona Certa, quem são, quem representam e o que pretendem fazer com aquelas propriedades. ----------
Referiu que é da máxima urgência que isso seja esclarecido, pois não se trata de uma questão de ideologia política, mas de justiça, transparência e respeito para quem vive, trabalha e contribui no país, afirmando que a habitação não pode ser um luxo, mas apenas um direito. Realçou que aquele é o momento de decidirem de que lado estão, se com os cidadãos ou com a especulação imobiliária completamente descontrolada. --
---

- Terminadas as intervenções do público, a Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Executivo para serem prestados esclarecimentos. ----------
---

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Jorge Colaço Leão, agradeceu a presença do senhor Mário Lopes e de acordo com o Regimento, informou que as respostas ao munícipe João Resa, seriam dadas por escrito, como sempre foi feito. Quanto à senhora munícipe Ana Ascensão, mencionou que já havia respondido à senhora deputada municipal Fátima Amaral sobre essa questão. Tinha solicitado aos

serviços municipais, tanto jurídicos quanto aos da habitação e património municipal, que esclarecessem pelo menos um conjunto de dúvidas que o assistiam, esclarecendo que esses processos, como disse anteriormente, não são recentes, pois datam de 2018/2019. Destacou a importância de ter todas as informações sobre a mesa, evitando conclusões precipitadas, uma vez que, às vezes, as conclusões apressadas podem voltar-se contra quem as faz. Afirmou que avaliariam a situação e que haveria uma reunião em breve para entender a realidade dos moradores, referindo que desejava saber tudo em particular. Por isso, os serviços jurídicos e de habitação da Câmara estavam, naquele momento, a realizar um conjunto de levantamentos para reunir todos os moradores. Afirmou que, acima de tudo, a verdade deve prevalecer, reconhecendo que se tratava de um processo longo e que, de facto, poderiam ter sido tomadas decisões que não foram, tanto no passado quanto no presente. Concluiu que, de momento, não valeria a pena levantar especulações, e que iriam esclarecer o assunto com toda a informação e verdade de forma transparente.----------
---

- Maria de Fátima Amaral (CDU), referiu que em 2018, exatamente no ano em que a situação se iniciou, houve dois Projetos de Resolução que foram aprovados na Assembleia da República, os quais apelavam a medidas suspensivas de eventuais despejos. Nesse mesmo ano, o Presidente da Fidelidade foi ouvido na Assembleia da República, na Comissão do Ambiente e Ordenamento do Território. O processo contou com o envolvimento da Secretária de Estado, Ana Pinho, sendo que a conversa sobre seguros está relacionada a isso, referindo-se ao Estado e aos moradores, bem como à possibilidade de negociação para que todos os seguros dos moradores fossem transferidos para a companhia de seguros Fidelidade.----------
Não houve ajuste direto da Câmara Municipal de Loures à companhia de seguros Fidelidade. As contratações de seguros da Câmara são conhecidas, sendo que a maioria é realizada por concurso público, sendo apenas uma minoria por ajuste direto.----------
Solicitou à Câmara que fornecesse, através de um requerimento verbal que poderia ser formalizado por escrito, todos os seguros adjudicados pela Câmara Municipal de Loures desde 2018 até o presente, assim como o processo de adjudicação.----------
Mencionou que a situação dos moradores era bastante complexa, e não se vê a necessidade de complicá-la ainda mais. Após as negociações que ocorreram na época entre inquilinos e a Fidelidade, houve um recuo, sendo que apenas nessas três torres a situação foi interrompida, e houve a renovação dos contratos de arrendamento. A impressão é de que essas renovações ocorreram em 2020, e a situação para a Fidelidade ficou suspensa em relação aos moradores, o que parecia ser a intenção deles.----------
A chamada "Lei Cristas", que está na base de toda aquela situação e prevê o direito de preferência, foi publicada apenas em 2021, após ter sido vetada pelo Presidente da República em 2018. Portanto, esse é um processo muito complexo do ponto de vista das

vidas das pessoas envolvidas. Não se pode ignorar que o direito de preferência deve ser exercido quando a lei o permite, e não pode ser exercido quando não é permitido. Além disso, só pode ser usado quando há uma possibilidade de venda e se essa oportunidade for interrompida, não há razão para o exercício do direito de preferência.----------
Considerava positivo que a Câmara buscasse reunir e apurar os factos, bem como reunir com os moradores, levando em conta que o direito de preferência ainda estava vigente, com o prazo a correr até meados de abril. Apelou para que esse processo fosse ágil, a fim de que se possa verificar a viabilidade de uma intervenção que defenda os interesses dos moradores. ----------
---

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, disse que era importante ter todos os factos do processo, que tinham anos, para ver como todo o processo havia sido, o que a Câmara poderia ter feito na época e não fez ou fez. Comentou que não valia a pena, mas gostaria muito de partilhar o que sabia, porém queria ter certeza. Por isso, pediu o levantamento de todos esses factos, pois queria entender a dimensão do problema, e que toda a Assembleia Municipal entendesse essa dimensão, já que as realidades dos moradores eram diferentes entre si. Realçou que era importante que todos soubessem a realidade com a qual lidavam para que pudessem tomar decisões conscientes, com todos os dados, uma vez que as realidades não eram idênticas para todos. Referiu que era conveniente saber e perceber, e que era óbvio que a Câmara, com todos esses dados, se reuniria a tempo com todos os moradores e tomaria a sua decisão, como não poderia deixar de ser. ----------
---

- Patrícia Isabel Morgado de Almeida (Chega), usou da palavra para fazer um ponto de ordem, mencionando que, na sua intervenção anterior, havia feito um requerimento oral. Afirmou que, depois, não tiveram tempo, ou pelo menos entendeu assim, tendo em conta que aquele processo, como o senhor Presidente acabou de dizer, necessita de muitos esclarecimentos. Destacou que estavam a correr contra o tempo, já que era dia 26 de março e precisavam de esclarecimentos até meados de abril. Não sabia se teriam ou não esse tempo e acreditava que a Assembleia Municipal tinha todo o direito de ser esclarecida em tempo útil, que, segundo ela, seria até dia 15 de abril. Reiterou que não sabiam se teriam esse tempo para serem esclarecidos sobre o que necessitavam e para dar respostas, considerando que a Assembleia Municipal é o órgão de fiscalização do Executivo Municipal, tanto daquele quanto dos anteriores. ----------
O ponto de ordem que apresentou à Mesa tinha o objetivo de fazer com que a Assembleia Municipal apresentasse um requerimento para instar o Executivo Municipal a apresentar uma providência cautelar, suspendendo o processo até que todos os esclarecimentos cabais sobre o assunto pudessem ser obtidos, e sugeriu que fosse

votado se os partidos entendessem que deviam ou não instar o executivo nesse sentido. ----------

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, esclareceu que esteve à procura do enquadramento regimental, mas acreditava no compromisso do senhor Presidente de Câmara em lhes dar informações, assim que ele também tiver toda a informação disponível. Como iam reunir ainda à partida, tinham reunião marcada para 10 de abril, portanto, tinham essa reserva, julgando que seria o tempo útil ainda para obterem informação. ----------

---

- O Presidente da Câmara Municipal de Loures, esclareceu que essa figura da providência cautelar já estava a ser estudada, no sentido se é possível ou não o fazer. ----------

---

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, esclareceu que o Executivo informou que daria a informação o quanto antes e que, na próxima conferência de líderes a ser realizada nos próximos dias, fixar-se-ia uma reunião para abril, antes que o prazo se esgotasse. Assim, nessa altura, os partidos também poderiam apresentar uma recomendação ou outra figura que se conseguisse enquadrar regimentalmente, tendo em vista a urgência da questão. Mencionou que essa urgência já havia sido sinalizada e que o senhor Presidente era o mais interessado de todo o Executivo em fornecer todos os esclarecimentos que pudesse, em articulação com outras entidades, para garantir certeza e segurança jurídica naquele processo, como era seu apanágio. ----------

- De imediato foi dado início ao "Período da Ordem do Dia". ----------

---

---------- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------

---------- **PONTO UM** ----------

Proposta n.º 137/2025 - Alteração do Mapa de Pessoal de 2025 da Câmara Municipal (Aprovação ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. ----------

---

- Não se verificaram intervenções neste ponto. ----------

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 17 VOTOS A FAVOR (11 PS E 6 PPD/PSD), 15 ABSTENÇÕES (12 CDU, BE, IL E PAN) E 3 VOTOS CONTRA DO CH – 35 PRESENÇAS.**

---------- **PONTO DOIS** ----------

Proposta n.º 147/2025 - Atualização extraordinária de preços do contrato 52/ACON/2023 relativo à prestação de serviços de vigilância e segurança humana a instalações municipais (Deliberação nos termos do disposto no artigo 45.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2024, aprovada pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, conjugada com a Portaria n.º 134/2024/1, de 2 de abril, e com o BTE n.º 4, de 29 de janeiro de 2024). Proposta da Câmara Municipal. ----------

---

- Não se verificaram intervenções neste ponto. ----------

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 19 VOTOS A FAVOR (12 PS, 6 PPD/PSD E IL) E 17 ABSTENÇÕES DOS RESTANTES REPRESENTANTES (12 CDU, 3 CH, BE E PAN) - 36 PRESENÇAS**. ----------

---

---------- **PONTO TRÊS** ----------

Proposta n.º 149/2025 – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização de Loures (Deliberação ao abrigo das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. ----------

---

Sobre este assunto intervieram: ----------

- Rita Lage Sarrico (BE), proferiu uma intervenção que aquando a votação do ponto, solicitou que a mesma constasse enquanto declaração de voto: *Estivemos a analisar esta proposta para o Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização e ficámos um pouco preocupados com esta proposta e penso que é também responsabilidade nossa denunciar algumas fragilidades deste documento aqui apresentado que não sendo apenas técnico vai ter também consequências políticas, sociais e ambientais, e, portanto, nós gostaríamos de deixar um conjunto de críticas / preocupações, mas também algumas questões.* ----------

Primeiro sobre a lógica simplificadora do simplex urbanístico, perguntar se não será um cheque em branco para a especulação, porque este regulamento é a aplicação prática do Decreto-Lei 10/2024, que introduziu ao país um programa de desregulação urbanística disfarçada de uma simplificação administrativa e sobre o pretexto de combater a burocracia. ----------

Aquilo que nós verificámos é uma facilitação para a promoção imobiliária e uma fragilização dos instrumentos de controlo democrático e técnico sobre o nosso território. E em Loures tem sido discutido bastante aqui que estamos a viver um período de grande pressão imobiliária, esta proposta parece-nos traduzir-se numa liberalização do solo

urbano que irá servir mais a especulação do que o interesse público. Este novo regime de comunicação prévia, onde muitas das operações de loteamento e de construção deixam de necessitar de licenciamento e se bastam com meras comunicações, vão retirar ao município o poder de avaliar e condicionar projetos que podem ter um impacto grave sobre a mobilidade, sobre o ambiente sobre a coesão social. ----------
Depois em segundo lugar, sobre o enfraquecimento da capacidade de fiscalização, nós queremos perguntar quem é que vai proteger o interesse público porque a eliminação do alvará de licença de construção e a substituição da autorização de utilização por um termo de responsabilidade de técnicos, são medidas que vão reduzir o papel fiscalizador da autarquia e parece-nos que esta desresponsabilização do poder público, que remete tudo para uma autorregulação de promotores e técnicos privados, vai representar um risco sério para a segurança das edificações, para a proteção do espaço público, e também a defesa do ambiente. Num concelho onde nós temos tantas fragilidades a nível da resposta dos equipamentos públicos, nas redes de transporte, nas infraestruturas verdes, este regulamento que devia reforçar o controlo público parece-nos que vai sim enfraquece-lo, e, portanto, nós temos dúvidas também que depois o município fique com os meios técnicos e humanos suficientes para garantir esta fiscalização eficaz e independente, neste regime de mera comunicação prévia. ----------
A terceira questão que nós queremos deixar, é sobre a habitação, e perguntar a quem é que vai servir este regulamento, porque pensamos que é importante sabermos a quem isto estará ao serviço e ao serviço de quê, porque as normas propostas não respondem à crise da habitação que estamos a passar, não respondem à necessidade de habitação acessível em Loures e pelo contrário vamos correr o risco de se acelerar processos de construção que visam apenas a maximização de lucros com projetos de habitação que vão servir um segmento de mercado de rendimento elevado e não necessariamente a necessidade habitacional da população. E portanto, nós defendemos que este regulamento tenha um conjunto de critérios mais rigorosos de justiça social na promoção urbanística, desde prioridade a projetos com percentagens de habitação acessível e controlada, que é uma proposta que nós já apresentámos aqui várias vezes, em instrumentos claros para travar a gentrificação e a expulsão dos habitantes dos seus bairros, que é algo que também já vemos acontecer e não queremos que aconteça como em Lisboa, que no centro de Lisboa já não vive em lisboetas. E também o reforço das contrapartidas urbanísticas devidas pelos promotores para um investimento por exemplo, nas escolas, nos centros de saúde, transportes e nos espaços verdes. ----------
A quarta questão que queremos deixar, é sobre ambiente e território e sobre a sustentabilidade que nos parece que foi um assunto um pouco ignorado aqui. Nós temos um território em Loures que tem uma alta sensibilidade ecológica, onde temos também áreas agrícolas que são fundamentais para a soberania alimentar e zonas ribeirinhas sujeitas a riscos ambientais e este regulamento devia refletir uma clara prioridade à

sustentabilidade ambiental, mas não parece que o faça de forma suficiente. E aquilo que nos preocupa mais particularmente, é a ausência de uma visão integrada para a adaptação às alterações climáticas, a ausência de menção à necessidade de avaliação ambiental estratégica das operações urbanísticas e a inexistência de regras que travem a impermeabilização excessiva do solo e promovam soluções baseadas na natureza. --- E por último, a falta de participação cidadã no planeamento urbano. Nós defendemos que um urbanismo democrático exige uma participação popular efetiva, não apenas em sede de consulta pública, mas sim como princípio estruturante da política urbanística. Este regulamento é um documento técnico-jurídico fechado onde a participação cidadã aparece como uma formalidade e não como eixo central. ---------- Portanto, aquilo que nós defendemos e aquilo que nós propomos ao executivo é que se crie conselhos locais de urbanismo e habitação com a representação de associações de moradores, de movimentos sociais, de entidades ambientais com essa capacidade consultiva e deliberativa em matérias tão estruturantes para o futuro do nosso concelho como esta proposta aqui apresentada. ----------

---

- A Presidente da Assembleia Municipal de Loures, passou a palavra ao Executivo para poderem prestar esclarecimentos. ----------

---

- O Vereador Nuno Ricardo da Conceição Dias, referiu que todas as questões mencionadas faziam parte do parecer que o Município de Loures havia dado durante a apresentação do Simplex. No entanto, destacou que o que os definia e os separava era o facto de que, mesmo não concordando com a lei promulgada, isso não os eximia de cumpri-la. Explicou que essa era uma diferença que os separava, e que a alteração em questão não era algo que realizavam levianamente, mas, sim, uma mudança obrigatória para adequar o regulamento à legislação nacional.----------
Salientou que não conhecia nenhum regulamento que pudesse subverter o que havia sido aprovado a nível nacional e, portanto, o que estavam a fazer era a adequação à lei, cientes do risco de não o fazer e das possíveis consequências nulas dos atos relacionados ao urbanismo. Reiterou que não existia nenhum regulamento capaz de contrariar a letra da lei, reafirmando que a alteração era obrigatória. As questões levantadas pela deputada municipal eram, na verdade, as mesmas que haviam colocado durante a consulta pública do mesmo regulamento, o que não impedia que aqueles que exerciam funções executivas cumprissem a lei. ----------
Além disso, afirmou que eram obrigados a transpor as normas legais para o regulamento e, caso não o fizessem, os atos poderiam ser considerados nulos em relação ao licenciamento. Também mencionou que não considerava uma boa prática deixar de regular tudo e de permitir que não fosse validado pelos serviços técnicos municipais. Reiterou que a lei definia o que deveria ser feito e que era o que estava escrito. Não

podiam subverter a lei, pois isso poderia acarretar responsabilidades para os gestores públicos por não cumprirem rigorosamente o que estava estabelecido. Concordou com várias das críticas feitas ao documento e, em momento oportuno, apresentarão o contraditório. Contudo, não poderiam alterar as posições, e o Município não poderia modificar um regulamento a seu belo prazer, desconsiderando o dispositivo legal vigente, que era exatamente o que estavam a aprovar. ----------

---

- Não havendo mais pedidos para intervenção, passou-se à votação. ----------

---

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA, COM 21 VOTOS A FAVOR (15 PS E 6 PPD/PSD), 17 ABSTENÇÕES (12 CDU, 3 CH, IL E PAN) E 1 VOTO CONTRA DO BE – 39 PRESENÇAS**. ----------

---

- A deputada municipal Rita Lage Sarrico (BE), solicitou que a sua intervenção constasse como declaração de voto, a qual se encontra transcrita na página 18 da presente ata. --

---

---------- **PONTO QUATRO** ----------

Proposta n.º 176/2025 – Regulamento do Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (Deliberação ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Proposta da Câmara Municipal. ----------

---

- Neste ponto não se verificaram intervenções. ----------

- **APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 39 PRESENÇAS**. --

---

--- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a reunião, passando a palavra ao Primeiro Secretário, para leitura da minuta da ata.----------

---

--- O Primeiro Secretário, João Paulo Melo Simões, leu a minuta da ata, a qual foi aprovada por votação nominal e por unanimidade (39 presenças), ficando a mesma arquivada na pasta dos documentos da presente reunião. ----------

---

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal, o Presidente da Câmara Municipal Ricardo Jorge Colaço Leão e os Vereadores Gonçalo Filipe Vintém Caroço, Nelson César Gonçalves Batista, Nuno Ricardo da Conceição Dias, Bruno Miguel

de Oliveira Nunes, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães Bernardo, Vasco António Pinhão Ramos Teles Touguinha e Fernanda Maria Cardoso Santos**.** ----------

---

--- Eram vinte e uma horas e quinze minutos, quando a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião.----------

---

--- A ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 38 PRESENÇAS, SENDO QUE 11 REPRESENTANTES NÃO ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO A QUE RESPEITA A PRESENTE ATA NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. A ATA FOI APROVADA NA REUNIÃO DE VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, COM DISPENSA DE LEITURA, DADO TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----------

---

A ATA É ASSINADA PELA 1.º SECRETÁRIA, EM EXERCÍCIO, DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DANIELA ROMANA MONTEIRO AFONSO MATOS, ----------

E PELO PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO PAULO MELO SIMÕES,

---

Aprovado por unanimidade (39 presenças)

2ª Sessão Extraordinária
27-03-2025

Doc-1

Voto de Saudação

Serviço público
Compromisso com as populações

Os deputados municipais do Partido Socialista, colocam à consideração dos restantes eleitos, reunidos na **2ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loures,** a votação da presente saudação, a propósito das recentes intempéries, que ocorreram durante a noite de 19 e madrugada de 20 de março, e que registaram no Concelho de Loures prejuízos de monta. Foram sinalizadas 500 ocorrências, entre vias obstruídas, quedas de árvores, danos nos parques municipais, cemitérios bem como problemas em edificado escolar.

A nossa Assembleia Municipal de Loures, Sessão Temática da Portela, que deveria ter decorrido no dia 20 de março, na Escola EB1/JI da Portela, teve de ser cancelada.
É por isso que os deputados municipais do Partido Socialista, não querem deixar de marcar estes acontecimentos, que felizmente não tiveram piores repercussões no nosso Município, porque prontamente foi dada resposta pelos serviços municipais, com particular realce para a proteção civil, bem como bombeiros, SIMAR, forças de segurança e autarcas, que desde logo estiveram no terreno a acompanharem o decorrer do trabalho que foi necessário executar ao longo da madrugada de 20 de março.

Neste contexto, também não podemos deixar de salientar o facto de ter sido acionado o **Plano de Emergência Municipal** e alocado **um milhão de euros** para acorrer à resolução dos problemas, ao nível das escolas e desobstrução de vias, entre outras ocorrências.

Demonstramos assim, que somos um Município que está pronto para agir perante situações como as que ocorreram, mobilizando os necessários recursos humanos, técnicos e toda a logística que é devida em tais circunstâncias.

Somos um Município que sabe agir nestas horas de aflição, e quando referimos o Município, estamos a referenciar os trabalhadores e trabalhadoras da Câmara Municipal de Loures, dos SIMAR, da Proteção Civil, das Juntas de Freguesia, as Forças de Segurança, as Corporações de Bombeiros e os Autarcas, que ao longo destas horas de angústia estiveram solidariamente no terreno dos acontecimentos. Homens e Mulheres que prontamente deixaram o seu próprio descanso e responderam à chamada.

Assim e em nome da Assembleia Municipal de Loures e da população que nos elegeu; BEM HAJAM!

BEM HAJAM, todos quantos responderam e ajudaram a que o nosso Município, no dia seguinte, conseguisse retomar a sua normalidade!

O que fizeram foi:

Serviço público e Compromisso com as populações!

Deste modo, colocamos à consideração e votação, nesta **2ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Loures,** a presente saudação que, a ser aprovada, deverá ser remetida para:

- ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- Liga dos Bombeiros de Portugal;
- PSP – Direção Nacional, com pedido de divulgação junto das esquadras e agentes envolvidos no apoio e salvaguarda de pessoas e bens no contexto destas intempéries;
- GNR – Comandante Geral, com pedido de divulgação junto dos postos territoriais e militares envolvidos no apoio e salvaguarda de pessoas e bens no contexto destas intempéries;
- Câmara Municipal de Loures, com pedido de divulgação junto dos trabalhadores que estiveram envolvidos, nomeadamente a Proteção Civil Municipal, bem como nos trabalhos de remoção, limpeza e desobstrução das vias;
- Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Loures, com pedido de divulgação junto dos seus trabalhadores, que estiveram envolvidos nos trabalhos de remoção, limpeza e desobstrução;
- Corporações e Associações de Bombeiros do Município de Loures;
- Conselho de Administração dos SIMAR;
- Agrupamentos de Escolas do Município de Loures;

Loures, 27 de março de 2025

Os Deputados Municipais do Partido Socialista

Aprovado por Maioria (39 presentes)
36 F- PS + CDU + PSD + BE + IL + PAN
3 C - CH

DOC.2

2ª Sessão Extraordinária
27.03.2025

Voto de Saudação

Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial

O Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial é comemorado no dia 21 de março. Neste dia, recordamos o acontecimento que se deu em Shaperville, na África do Sul, em que a polícia desta localidade disparou armas de fogo numa manifestação pacífica contra o apartheid. 69 pessoas morreram.

A ONU instituiu, em 1979, o dia 21 de março como o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e, desde então, têm sido envidados esforços para eliminar as várias formas de racismo ainda presentes nos tempos modernos.

Porém, ainda há muito a fazer.

Em Portugal, só em 2021 é que foi criado o Primeiro Plano de Combate ao Racismo e à discriminação 2021-2025.

Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021, de 28 de julho que aprovou este plano, o Governo, e cita-se, "reconhece que, não obstante o quadro legal existente, continuam a registar-se fenómenos de racismo e de discriminação que violam direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa, assentes em estereótipos baseados em ideias, mitos e teorias fundadas na pretensa superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas de uma certa origem étnica ou nacionalidade, geradores de discriminações diretas e indiretas, incluindo numa perspetiva intersecional, e que refletem os processos históricos que os originaram, como a escravatura e o colonialismo, e que perpetuaram modelos de discriminação estruturais."

É inegável que, diariamente, continuamos a assistir a discursos racistas e xenófobos em várias plataformas pelo que, é imprescindível que continuemos a trazer esta realidade para o debate público e que continuemos a adotar medidas que que travem estes fenómenos, seja do ponto de vista social, habitacional ou económico.

Face ao exposto, vem o PAN propor que a Assembleia Municipal de Loures, delibere:

- Propor à Câmara Municipal de Loures saudar o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial.
- Dar conhecimento do presente voto ao movimento SOS Racismo, ao Centro de Acolhimento para Refugiados e à TECHARI - Associação Nacional e Internacional Cigana.

Loures, 27 de março de 2025

Pessoas - Animais – Natureza
O Deputado Municipal,
Pedro Santos